

ATLAS TOPONÍMICO DO BRASIL: INTERPRETAÇÃO DOS EIXOS MUNICIPAIS E A TAXIONOMIA TOPONÍMICA

Maria Vicentina de Paula do Amaral DICK (USP- FFLCH)¹

RESUMO: Nesta apresentação sobre o desenvolvimento e os resultados das pesquisas relativas ao *Atlas Toponímico do Brasil*, adota-se, como base tipológica, a formação dos municípios brasileiros, com destaque para os do Estado de São Paulo, no período de sua formação (séculos XVI e XVII). Também será demonstrado o novo planejamento da cidade paulistana, no início do século XX, com a introdução das chamadas cidades-jardim, originárias da terminologia antrópica nascente. Como decorrência, por necessário, será rediscutida a problemática das taxionomias toponímicas em aplicação municipal (Dick: 1990).

1. Introdução

O *Atlas Toponímico do Brasil*, de acordo com sua proposta inicial, credenciada pelo Diretório de Pesquisas do CNPq, além de ser um estudo amplo, por envolver os estados do país, segue, em seus itens e fundamentos, a mesma diretriz do *Projeto ATESP – Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*, o primeiro desta série, envolvendo os Atlas dos nomes. Buscou seguir, assim, a metodologia já desenvolvida (Dick: 1990), no sentido de imprimir à Onomástica uma sistematização nos procedimentos terminológicos. Por isso a taxionomia então sugerida, envolvendo vinte e sete taxes, algumas com sub-categorizações (fitotopônimos e hierotopônimos, por exemplo), teve um percurso dirigido a princípios teóricos e modelos de análise. Devidamente justificados, os enunciados definitórios de cada uma delas tendem a ser curtos e simples, como convém a domínios de experiências. Interpretações divergentes da proposta devem se apoiar em dados objetivos, como a possível ambigüidade semêmica do signo analisado, a fim de não comprometer a unicidade do próprio investimento semântico procurado. O recurso a informantes locais é entendido como alternativa válida nos casos referidos ou como configuração contextualizada. A introdução das novas taxionomias ou alterações no conteúdo daquelas existentes ou já definidas não será incorporada nesta fase do projeto, por necessitar de exame onomástico mais detalhado, nas fontes utilizadas.

2. O enunciado toponímico: a diacronia na sincronia das cartas

O (re)conhecimento da nomenclatura geográfica do país, em sua análise, exige que se proceda, racionalmente, no sentido de evitar o constante deslocar-se do pesquisador de sua base consolidada de pesquisa. Em existindo a cartografia oficial, publicada por órgãos responsáveis (Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo – IGC; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Cartas do Exército; Cartas Municipais, por exemplo), nas escalas utilizadas na pesquisa (1:100.000 e 1:50.000), só excepcionalmente é que se utilizará daquele recurso.

Para esta comunicação, propô-se o desenvolvimento do trabalho segundo dois eixos norteadores ou dois planos argumentativos principais:

- a) Um deles, o primeiro, procura entender o aparecimento ou a formação/criação dos municípios brasileiros vinculados a uma origem ibérico-amazônica ou luso-hispânica;
- b) O outro ponto buscaria trazer à vivência municipal ou à sua historiografia a terminologia toponímica das categorias antrópicas propriamente ditas (sociotopônimos ou historiotopônimos, por exemplo).

Geralmente é neste bloco das taxes antropoculturais que ocorrem as maiores dificuldades em classificar ou categorizar os topônimos do corpus geográfico em estudo, pela proximidade semêmica dos signos envolvidos nas denominações, gerando dúvidas em alguns casos.

De um ponto de vista analítico, examinando-se o primeiro eixo da pesquisa, poderia se perguntar, o por quê de ir tão longe, até a origem dos municípios, à análise contrastiva da América brasileira e da América ibérica. Neste caso, buscam-se as coordenadas enunciativas da nomeação, a trajetória do homem-

¹ E-mail: mariade@usp.br

denominador num eixo tempo-espacial. A Onomástica toponímica vive ou persiste numa continuidade dupla: o homem e a língua, transmudado em o homem e o nome, na acepção mais ampla. Antes de ser topônimo, o nome/designativo é forma de língua, sujeita às modificações prevista no código utilizado. Isto porque o topônimo, como a língua, não é apenas um *ergon* – produto fechado – mas uma *energeia*, uma dinâmica, no sentido de abertura aos novos modelos, às novas aquisições da sociedade dominante. É o pensamento de Humboldt, que se acompanha.

Assim, questionamentos eventuais sobre a modelagem das taxinomias terminológicas que, em alguns casos, poderiam gerar dúvidas quanto a forma correta de interpretação do topônimo, devem levar em conta que o problema nem sempre estará na formação da taxa ou em sua definição e, sim, no próprio enunuciado toponímico ou no topônimo propriamente dito. Como forma de língua que é, pode apresentar a mesma inclusão sígnica ou lexical daquela unidade de origem mais polissêmica que monossêmica. Escapa, assim, da relação unívoca – um significado para um significante –, revelando mais de um sentido para uma estrutura possível. É o que registram os dicionários de língua geral. Acredita-se, porém, que, no campo semântico de origem físico-biológica, esse questionamento, se ocorrer, será em menor proporção que nos acidentes antrópicos, pois haverá menor dúvida nos hidrotopônimos e fitotopônimos e uma possível ambigüidade sêmica nos historiotopônimos / sociotopônimos, por exemplo.

3. Origem dos municípios brasileiros. Aspectos formadores e aplicação toponímica.

Como explicitado anteriormente, a origem dos municípios no Brasil assenta-se nas organizações administrativas da Península Ibérica, com variações histórico-culturais, de acordo com as *Atas da Câmara da Vila de São Paulo do Campo*, principalmente nos séculos XVI e XVII (Dick: 1997).

Outros pesquisadores (Yazigi: 1996, 91-103) enfatizam ângulos distintos a respeito do assunto, mostrando diferenças existentes entre o modelo de urbanização ou da construção de cidades realizadas por Espanha e Portugal. Concepções diferentes da apropriação do chão, do uso do solo ou do meio propriamente dito, são formuladas, ainda que essas circunstâncias não tenham interferido muito na qualidade da nomeação, porque ambos os grupos tinham a mesma formação católica românica, de obediência ao papado.

A Espanha, por exemplo, se organizava em torno da Plaza Mayor, o grande quadrado encimado pelo templo religioso, de acordo com as *Ordenanzas* de 1563, que distribuíram até a “orientação das ruas”, a “largura”, a “situação no terreno” o uso das linhas retas que representam a “razão”. “Portugal optava pelas curvas, postulando o “devaneio”, mas em “respeito à natureza”, na “relação com o espaço” (Yazigi: 92). A origem das cidades portuguesas era medieval, onde o “sentido de suas ruas (era) guiado por fatos fortuitos, identificáveis no tempo de sua organização embrionária. Ora uma *pedra* grande, ora uma *poça d’água*, ora uma *árvore* ou um *morro* (...). Forma-se, assim, um caminho tortuoso, à beira do qual construíram-se casas, dando origem a ruas tortas” (idem: 91-2). Estas caracterizam a paisagem de cidades coloniais brasileiras, como Santa Bárbara e Mariana, em Minas, ou em São Paulo, como a ladeira do Porto Geral, a rua Direita, rua do Carmo, rua de São Francisco, entre outras do centro histórico (Dick: 1997).

Os indicativos semióticos mencionados por Yazigi como “fatos fortuitos”, configuram os *marcadores lingüísticos* em *aplicação toponímica*, constituindo a tipologia dos *referenciais onomásticos* – toponímicos, nomes de lugar, ou antroponímicos, nomes de pessoas (Dick: 1997). Nomes originam-se dessa classe tipológica de marcas referencializadas no espaço, ainda que o fato gerador, objeto da ação, não tenha sido voluntário. Assim, “pedra”, “morro”, “árvore”, produziram nomes toponímicos em São Paulo: Pedra Branca, bairro; Morro Grande, bairro; Praça da Árvore, praça, cada um com sua causa imanente.

Saindo do circuito paulista, mais próximo de nós por causa do *Projeto ATESP*, e indo para a Amazônia, verifica-se a ocorrência do mesmo fenômeno, relativamente ao então chamado Lugar da Barra. Tudo, no entorno, era, como ainda é, no cotidiano local, a *barra do rio Negro*:

“Vou à Barra; estamos a chegar à Barra; é ali a Barra; moro na Barra”, dizia-se. O povoado progredia, aumentava. Como chamar-lhe? *Lugar da Barra*. Bom, nome significativo. Alguém o batizou assim. Ninguém protestou, Logar da Barra. Ficou o nome. Mais tarde seria Vila da Barra, Cidade da Barra, por fim Manaus. Um século, porém, Lugar da Barra (...). O Lugar da Barra entrava para a história com essas origens simplíssimas. (Reis: 1999, 35).

O topônimo Lugar de Barra foi construído, historicamente, a partir de 1661 ou 1691 (controverso), quando Portugal determinou se erguesse, na boca do rio Negro, um fortim ou fortaleza ou pequeno forte,

denominado São José. O objetivo seria repelir invasões, principalmente de Espanha, além dos sistemáticos ataques índios (idem: 31).

A esse fenômeno de expansão de um nome de lugar a partir de um ponto determinado denominou-se, há algum tempo, “toponimização do acidente geográfico” (Dick: 1990). Depois de assentado o nome na nomenclatura local, pode ocorrer, o que também se denominou, de “translação toponímica”. No primeiro caso, o vocábulo, termo de língua indicativo de um acidente geográfico físico, geralmente mais empregado que o antrópico, por derivação indireta, adquire o estatuto gramatical de nome próprio; no segundo caso (translação), há deslocamento de um topônimo para outro acidente na vizinhança próxima, seja pelo prestígio do nome, pela facilidade de comunicação ou imposição até inconsciente de uma marca de uso comum, entre outros possíveis. A toponímia recorre a esse expediente denominativo para registro dos acidentes antrópicos erguidos às margens de uma aguada ou curso de rio. Assim, os rios paulistas, designados à maneira índia, Tatuí, Itapetininga, Sorocaba, Tietê, por exemplo, deram seus nomes aos núcleos humanos aí nascentes, hoje, sedes dos municípios de Tatuí, Itapetininga, Sorocaba, Tietê, a sudoeste do Estado.

Esses simples indicativos, porém, comprovam a tendência universalista de normalização da nomenclatura geográfica.

Dentro, ainda, da referência ao planejamento urbanístico desenvolvido pelos países ibéricos na América, sob diferentes perspectivas, é apropriado mencionar o estudo de Howard (1996, 25), sobre o novo modelo para grandes concentrações populacionais, como Londres e Paris. De qualquer modo, a preocupação de estudiosos seguidores desse desenho é sempre a produção de um “novo espaço” ou de uma nova concepção de vida e de viver. Veja-se, por exemplo, o caso paulista das Alphavilles instaladas na década de 70, inscritas no rol das cidades planejadas ou cidades sociais; a toponímia aí é também planejada e sistemática, lote a lote. Nesse nível de raciocínio, cite-se a Garden City londrina. Projetada em um círculo fechado, tem o seu eixo num ponto central, o Central Park, de onde sai, circundando-o, a Fifth Avenue, ladeada por duas coordenadas, o Boulevard Columbus e o Boulevard Newton. O traço maior - separador ou integrador - da circunferência imaginada é representado no esquema pela Grand Avenue, com 128 m² de largura. Formando um “cinturão verde de 4,8 Kms de comprimento, divide em duas faixas a parte da cidade além do Parque Central” (idem: 116). Não é objetivo deste trabalho, porém, dissecar a estrutura dessa mancha urbana nova; apenas mostrar o acerto e a conveniência do conceito teórico relativo à toponimização dos elementos da paisagem e à utilização dos próprios referenciais ou marcadores lingüísticos (Dick: 1997).

A repercussão das idéias de Howard, para a Inglaterra, chegaram ao Brasil, em São Paulo, por volta de 1913, pela *Companhia Imobiliária City of São Paulo Improvements and Freehold Company Ltd.*. Outras capitais conheceram o modelo, como Belo Horizonte, com a avenida do Contorno, e mesmo Goiânia. A cidade de Palmas do Tocantins (TO), apesar de também planejada, talvez tenha diferenças estruturais, não de todo perceptíveis, razão porque não será considerada aqui. Além disso, está sendo estudada no *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins*.

Do ponto de vista toponímico, o planejamento do bairro paulistano Jardim América, em 1919 e 1941, além de outros contíguos, Jardim Paulista e Jardim Europa, inaugura o esquema do ponto central, Praça América, no caso, que remete à *centralidade* do Central Park inglês, e de suas *irradiações*, aqui nomeadas pelos designativos dos países anunciados pela denominação do bairro, no Jardim América: ruas Estados Unidos, Honduras, Equador, Peru, Bolívia, etc.

Inaugurou-se, assim, a partir dessa data, a série dos chamados Parques ou Jardins das Nações, com pequenas variantes, como as que ocorrem na nomenclatura do novo Jardim Paulista, cujas ruas retomam os nomes das cidades do interior de São Paulo com o marcador substantivado *alameda*, Alamedas Santos, Jaú, Tietê, Campinas, Itú, entre outras.

Os exemplos trazidos referem-se, como se viu, a bairros da metrópole paulistana, com historiografia registrada e conhecida.

4. A reforma municipal paulistana e portuguesa

Há 500 anos (1554), porém, já se falava da Vila do Campo inaugurando a realidade nova do Planalto de Piratininga. O entrelaçamento proposto deste eixo (origem dos municípios), dito lateral ao texto, e a classificação taxionômica proposta em 1980, excede a espacialidade da capital paulistana. Penetra, diretamente, nas outras modalidades geográficas das cidades grandes ou pequenas, mapeadas ou levantadas na investigação direta do local, mas que acabam por integrar o *Atlas do Toponímico do Estado de São Paulo*. Em sendo conflitantes os dois dados, ou seja, a informação do município quanto à origem do nome e aquela obtida pela análise sêmica dos constituintes nominais, a recomendação da proposta é optar-se pela

justificativa exposta no projeto. Evita-se, com isso, duplicidade de procedimentos, assunto ao qual se retornará.

O Projeto de Reforma Municipal de Portugal, em seus quarenta e oito artigos, apresentado por Nogueira, na segunda metade do século XIX, mostra particularidades em relação à América brasileira. Define, inicialmente, o que é o território português: uma formação continental e ilhas e possessões ultramarinas. A divisão majoritária é representada pelo *município*, repartido em *freguesias* e *seções*, compreendendo, cada um, área não excedente a quatro léguas, até 1855. A nova regulamentação compõe-se de *freguesias*, *conselhos*, *paróquias* e *juntas paroquiais*, dependentes do número de fogos, além de *aldeias*, *póvoas*, *povoações* e *vilas*. Todos esses recortes apresentam-se com vitalidade de uso e sentido utilitário comum, o que não ocorre, no Brasil, relativamente a alguns termos que perderam o sentido como *aldeia*, ou não chegaram a ter fôrma no país (*conselhos*, *distritos*, *préstamos* e *coutos*). Ainda, destaca-se a própria cidade como cabeça de município, no dizer local. Não se vai entrar, porém, nas funções do município nem em sua atuação administrativa por que essa não é a proposta do trabalho, no momento.

Entretanto, se os novos arranjos municipais, a partir da reforma de 1880, não devem ter alterado, substancialmente, a nomenclatura antiga, pois os europeus tendem a ser conservadores em relação aos topônimos, os textos pesquisados avaliam a distribuição dos municípios portugueses desde os primórdios romanos e os resultados finais. Fica, aqui, essa referência, para uma retomada futura, inclusive quanto à permanência, ou não, dos nomes antigos em função das reformulações adotadas.

Examinando-se, para o mesmo fim, isto é, conhecimento da lógica semântica das designações, a partir de sua origem ou criação, o desmembramento territorial dos municípios paulistas ditos originários² (IGC, São Paulo, 1995), pode determinar alguma alteração nos topônimos. Incluem-se nessa categoria (municípios originários criados com essa finalidade), as localidades de Cananea, Iguape, Mogi das Cruzes, Taubaté, Ubatuba e a própria São Paulo. Não integram esse ordenamento Guaratinguetá, Jundiaí e Sorocaba. Explica o Instituto Geográfico e Geológico (IGC) o que entende por “municípios originais”, no caso, as vilas situadas em lugares isolados, não desdobradas de outras já aforadas. Algumas informações paralelas são convenientes acrescentar para melhor se entender o problema toponímico:

a) Na São Paulo de 1553, serra acima, padres jesuítas criaram a povoação de Santo André, acrescida, depois, do sintagma específico “da Borda do Campo”, que definiu sua posição geográfica. Hoje, existe apenas a forma simples, Santo André. O Colégio dos Inacianos foi que incorporou o nome de Colégio de São Paulo de Piratininga, por estar em Piratininga. A São Paulo vila e aglomerado surge nas *Atas da Câmara dos séculos XVI e XVII*.

b) *No Vale do Ribeira*, em 1538, *Iguape* nasceu como Vila de Nossa Senhora das Neves de Iguape, orago da capela; era o costume da época, incentivado pelos padres, que também simpatizavam com as formações híbridas, no caso, nome português (santificado/beatificado) + nome indígena (tupi, aqui no sudeste).

c) *Cananea*, no litoral sul, então vila de São João Batista de Cananea (13.07.1600). Fundada na Ilha Comprida, foi transferida, depois, para o sítio Boa Vista. Conhecida também pelo nome de Maratayana, ficou sendo sempre Cananea, que sugere uma origem bíblica mais que uma eventual variação da forma típica *Canindé*, como aventou Sampaio, em seu vocabulário indígena.

d) *Mogi das Cruzes* já foi o antigo *Mboygy*. O caminho que o unia à vila do Campo, no século XVII (18.08.1611) era de utilização freqüente pela posição estratégica no rumo da estrada velha para o Rio.

e) *Ubatuba* teve início por determinação de Da. Mariana de Souza Guerra, Condessa de Vimieiro, ao doar terras para a vila da Exaltação da Santa Cruz de Ubatuba (26.10.1637)

f) *No Vale do Paraíba*, em 1628, também por doação da própria Condessa de Vimieiro, surge o povoado de *São Francisco das Chagas de Taubaté*; depois, em 1645, formalizou-se o núcleo sob invocação de Santo Antonio de Pádua de Taubaté.

g) *São Vicente* é, reconhecidamente, o primeiro município de São Paulo, desde a época de Martim Afonso de Souza (1532). O hagiopônimo, porém, apareceu desde as primeiras expedições de reconhecimento da costa. Do ponto de vista do português, não se conhece outro nome aplicado à vila. Mas toda a região da baía era identificada pela forma tupi *enguá-guasú*, “o redondo”, muito embora historiadores entendam que o nome indígena se aplica à atual região da Ponta da Praia (São Paulo, IGC; Governo do Estado, 1995: 61-80).

² Designação atribuída a Djalma Forjaz aplicada aos que fogem do esquema “povoado → freguesia → vila” (Nogueira: 59)

Os municípios de *Jundiá, Guaratinguetá e Sorocaba*, considerados como originários, sofreram revisão conceitual pelo IGC, que retificou a classificação. Isso, porém, não interfere no reconhecimento de sua antiguidade, apenas mudaram de foco ou de enquadramento.

Note-se, entretanto, que as mudanças na denominação dos municípios, ou ajustes sintagmáticos, ainda se situam num primeiro nível de acontecimentos, quando os povoados ou os primeiros núcleos urbanos estavam se instalando.

Além disso, a inclusão dessas unidades no quadro taxionômico vigente, ocorreu a partir do registro atual e não do nome primitivo, não importando, assim, o seu estatuto administrativo anterior, se vila, povoado ou freguesia. Mas esses locativos não são desprezados, dentro de uma visão diacrônica, porque encerram, em sua estrutura morfo-léxico-semântica, saberes diversos, que remontam a tempos culturais também diversificados; por isso mesmo, configuram registros históricos aptos a se tornarem documentos de valor analítico.

A recuperação das denominações mais antigas, quase todas, como se viu, de origem religiosa ou devocional, traduzindo a mentalidade herdada dos colonizadores, deve ser feita, independentemente de seu uso futuro ou da maior ou menor facilidade interpretativa. São locativos ou cognomes de origem sociocultural, mas com um cunho político, de homenagem ou reverência, primeiro a Deus, à Virgem e aos Santos; depois, aos homens da terra, do poder civil. Esses foram os passos usados por Colombo, em sua primeira viagem à América.

Assim, o nome hispânico mais antigo colocado nestas terras, segundo a seqüência indicada, seria San Salvador (América Central), hoje El Salvador. Do lado português, também foram devocionais os primeiros nomes dos acidentes físicos reconhecidos a partir de 1501. As vilas são posteriores à presença das expedições costeiras, mas não diferem da motivação empregada: Natal (RN), Belém (PA), São Luiz (MA), Todos os Santos (BA). Semanticamente, esses designativos contrastam com os chamamentos de suas cidades, fundadas pelos grupos povoadores, até anteriores aos romanos e que, ainda hoje, têm uma vitalidade invejável: Lisboa (Olisipo, Felicitas Julia), Braga (Bracara), Beja (Pax Julia), Chaves (Aquae Flavice) (Nogueira: 1993, 22).

No segundo eixo da pesquisa, que se anunciou como outra linha seguida para completar, com o levantamento das ocorrências onomásticas, a parte conceitual ou do entendimento sistemático da disciplina, rediscuti-se a formulação das taxionomias toponímicas ou campos semânticos terminológicos.

As taxes foram elaboradas, num primeiro momento, com um sentido de organização dos designativos coletados, a partir dos postulados discutidos por Pottier (1975), que explica as taxionomias dentro de um objetivo da ciência: escolha do *corpus*, segmentação dos dados, classificação das unidades segmentadas. O inventário toponímico, como já foi dito, não é um conjunto fechado ou limitativo, mas está sempre aberto a novas aquisições.

A toponímia, em um novo conceito que ora se propõe, pode ser considerada, portanto, *como uma entidade fenomenológica de origem regional ou regionalista*.

As características fisiográficas dos lugares podem até se misturar a outros aspectos de outros lugares e se revelarem os mesmos. Com isto quer-se dizer que as fronteiras políticas nem sempre são barreiras para as fronteiras lingüísticas ou toponímicas. Surge aí a questão *das áreas ou regiões culturais*: a descrição é física, de início; a preocupação em recolher os dados tipificadores de eventos ou dos marcadores etno-sociológicos mais característicos acaba por distinguir e caracterizar o espaço examinado.

Assim acontece, por exemplo, com as áreas de vegetação, com os elementos morfológicos da paisagem e, até mesmo, com alguns espécimes zoológicos. Começam a se formar, desse modo, os designativos especiais daquele meio, de tal modo que, à simples menção do nome, a imagem do lugar, do objeto, ou do ponto enunciado, aflora à mente do pesquisador. Dentro desse ângulo de raciocínio, a zona dos cocais brasileiros, que se estende, aproximadamente, do Maranhão até o estado do Rio, na costa, com desvios para o centro-oeste, traz à consideração, exemplos de uma flora específica (babaçu, carnaúba, buriti), bem reconhecida pelos geobotânicos.

O toponimista, em função desse aspecto, poderá interpretar a vivência tipificadora desses locativos, enquanto expressões de língua. Acopladas a qualificativos ou determinativos não ambientais, podem exigir recursos de interpretação mais diretos, como ocorre em Carnaúba do Dantas. A categorização lingüística é fácil, traduzindo Dantas um antropotopônimo de origem familiar (apelido de família), mas não possibilita inferir o conhecimento do personagem ou do protagonista da ação, relativamente à sua história de vida. A pesquisa aliviará a tensão, possibilitando penetrar no fato discutido, se houver registros ou memória localizada em informantes.

Desse modo, colocam-se à reflexão dois pontos complementares:

- a) Importância do registro sócio-histórico e etnolinguístico do dado em aberto, para recuperação do nome e de sua característica documental;
- b) Entendimento do topônimo como fato memorialístico ou traço de cultura vinculado à linguagem do meio de onde emana. Significa, também, sua consideração como interpretante do *ethos grupal* e do inconsciente coletivo do grupo, traduzido nos saberes, comportamentos e condutas comuns.

No estudo do meio físico, em contraposição ao meio cultural ou antrópico, pode se traçar uma distinção entre os comportamentos linguo-onomásticos constatados na nomenclatura do *Complexo da Mantiqueira*, ela própria revelando uma forma diferente de expressão indígena: *amana* – “chuva”; (*a)tykyra* – “o gotejar”, em alusão ao aspecto nevoento que apresenta. Um dos pontos mais altos desse complexo de serranias é a região das Agulhas Negras (nome metafórico), chamadas por André Rebouças (apud Leite: 1951) de *Dolmens de Airuoca* (“dormida dos papagaios”). Na cartografia de 1792, de Antonio Montezinho, o pico de Itatiaia aparece como Picão de Airuoca ou Juruoca, que pode ser considerado como um dos referenciais da própria Mantiqueira. Nenhum deles é hoje o ponto culminante do Brasil. Os nomes regionais que a Mantiqueira apresenta, à medida que atravessa outras regiões, principalmente considerando-se que nela se situam as cabeceiras de quatro rios importantes no contexto hidrográfico do país, como o São Francisco, o Doce, o rio Grande e o Paraíba, não oferecem muita dificuldade de análise: serra das Vertentes, pico de Itaverava (“pedra brilhante”), serra do Itacolomi (*ita-curumim*, “menino de pedra”), pico de Itabira (“pedra empinada”), serra do Curralinho (em cuja encosta assenta-se Belo Horizonte), pico da Piedade, antigo Sabará-buçú (“o sabará grande”), serra do Ibituruna (“morro escuro”), até chegar à Chapada Diamantina (BA), passando pela serra Resplandecente, que caracterizou o sonho das pedras verdes de Fernão Dias.

Para entender, porém, a mística do Itatiaia, deve-se retomar Theodoro Sampaio, quando diz que “o nome indígena é de uma descritividade única, retratando fielmente os contornos do desenho da região”. (Sampaio: 1987; Leite: 1951, 27-37).

Quanto à *análise taxionômica* propriamente dita, que ainda gera dúvidas em sua aplicação, parece que ocorre mais com acidentes antrópicos do que com os físicos, como se viu. Deve-se, porém, para dirimir, ler a definição de cada uma das *taxes*, principalmente as conflitantes, segundo a seqüência sugerida e a interpretação linguística do ponto de vista semêmico, ou seja, definir a categoria semântica do designativo onomástico a partir do significado encontrado no item da ficha lexicográfico-toponímica, relativo à estrutura gramático-morfológica do topônimo (Dick: 1990).

Dúvidas maiores podem ocorrer em algumas categorias, como se afirmou, talvez entre os geomorfotopônimos e os morfotopônimos e entre os hidrotopônimos e os somatotopônimos.

Outros pontos que ainda podem ser discutidos serão estes:

- a) Revisão da categoria dos hagiotopônimos, do ponto de vista histórico de sua constituição;
- b) Inclusão no modelo de *taxe* nova relativa aos acrônimotopônimos: topônimos referentes às siglas, como Cidade Sinop (MT).
- c) Discussão da *taxe* dos igneotopônimos a partir do exame de sua freqüência linguística no país como um todo; ou seja, há necessidade de se proceder, antes, à análise da nomenclatura registrada na Carta do Brasil: 1:1.000.000.000 (1968).

O caminho sugerido para o estudo taxionômico, portanto, é este: interpretação semêmica do designativo, interpretação fornecida pelo município, se existir o registro, a fim de se verificar convergências ou diferenças em ambos os conteúdos; pretende-se a opção que seja a linguística, uma vez que a pesquisa é realizada em nível sincrônico. Um exemplo prático é o caso do município paulista de Dirce Reis. No primeiro nível de interpretação, trata-se de um antropotopônimo de origem familiar, formado de prenome e apelido de família. O município deve, nesse caso, fornecer a explicação complementar para preenchimento dos dados pessoais do personagem (quem foi Dirce Reis e sua importância para a história local).

5. Conclusão

O estudo das cidades e de seus eixos, como se quis apresentar nesta Comunicação, ou seja, do ponto de vista onomástico, envolve, preliminarmente, os mesmos elementos constitutivos, objetos de outras áreas do conhecimento, como concepção e estrutura do aglomerado, disposição no terreno, articulação funcional das partes e sua dimensão temporal, de modo a garantir ao modelo criado a perenidade das coisas pensadas e vividas. O que se pretendeu com este trabalho, que integra, como repercussão, o Diretório de Pesquisa credenciado pelo CNPq, sob o título *Atlas das Cidades. Linguagem e Toponímia Diacrônica. Estudo*

Toponímico, foi mostrar como um fato, aparentemente isolado em si mesmo – a construção do urbano e a inovação de um sistema – pode desenvolver um esquema que já se mostrou produtivo, anteriormente, quando se introduziu, no estudo de São Paulo, os “referenciais toponímicos”; por exemplo, referencial hidrotoponímico: o nome do rio (Dick: 1997, 208-14) e referencial fitotoponímico: o nome da vegetação (idem: 222-9).

Na prática, a nova concepção saiu dos tradicionais espaços retilíneos quadrangulares, que ainda permanecem em nossas praças públicas, sob a nomenclatura espontânea e conservadora das conhecidas “praça da matriz”, “praça da sé” (da sede), “largo da igreja”, ou sob um dizer mais cívico ou institucional, como “praça da república”, “praça do correio” e, ainda, por outro evento de menor impacto social, mas importante para a comunidade, como “praça do centenário”. Mas, ao se introduzir a nova visão circular dos traçados, combinou-se a observação do “olhar” diferentes contornos de localização, a partir das ditas lateralidades das vias perpendiculares a um ponto centralizado. Nasceram, assim, as atuais “avenidas do contorno”, que remetem à oposição semântica das conhecidas “avenidas marginais” ou “avenidas beira-mar”. A plena referencialidade dessas expressões mostra o acerto da introdução, na Toponímia, do conceito significativo do *referencial*. Entendido como um objeto materializado, de natureza diversificada (o templo religioso, a ponte do rio, o caminho da vila, o relógio do bairro, etc.), acaba por conjugar os dois níveis que serviram de base à construção da teoria onomástica que se propôs, o nível cognitivo da denominação e o afetivo, o existente e o vivenciado, culturalmente.

As cidades-jardim tornaram-se, portanto, exemplos simbólicos dessa terminologia, que reflete outras concepções de vida, de ocupação do espaço, de estética sociológica urbana, de caráter “crítico” e “reflexivo”, a partir do último terço do século XIX.

6. Referências bibliográficas

Dick, M.V.P.A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: Annablume Ltda., 1997.

Dick, M.V.P.A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos, São Paulo: FFLCH, 1990.

Howard, E. *Cidades Jardins de Amanhã*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

Leite, M. *A região da Mantiqueira – Ensaio descritivo*. Lisboa: Soc. de Tipografia Ltda, 1951.

Municípios e Distritos do Estado de São Paulo. São Paulo: IGC, 1995.

Nogueira, J. F. H. *O município no século XIX*. Lisboa: Ed. Typographia de Francisco L. Gonçalves, Lisboa, 1993.

Pottier, B. *Le langage*. Paris: 1975

Quando do desdobramento territorial administrativo dos municípios paulistas. São Paulo: I.G.C./Governo do Estado, 1995.

Reis, A. C. F. *Manãos e outras Villas*. Manaus: Universidade do Amazonas; Secretaria Estado da Cultura e Turismo, 1999.

Sampaio, T. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987

Yazigi, E. “Genética da idéia de plano no Brasil: legados políticos”. In: *Revista do Departamento de Geografia*, nº 10. São Paulo: FFLCH; Departamento de Geografia, 1996, 91-103.